

A pesquisa investiga as representações que as crianças e os adolescentes com deficiência constroem sobre os parques infantis existentes nas praças e escolas públicas da cidade do Rio de Janeiro. O objetivo é identificar se os parques infantis públicos da cidade são espaços de acolhimento e de brincadeira, fatores importantes no desenvolvimento psíquico da criança e do adolescente. Para Vigotski, a brincadeira deve ser sempre entendida como uma relação imaginária e ilusória de desejos irrealizáveis. A realização destes desejos não se trata de algo pontual e específico. A criança e o adolescente brincam sem ter consciência dos motivos que o fazem brincar, mas ao mesmo tempo é marcado pela situação concreta que circunda a brincadeira, como regras e valores partilhados pelo grupo de pares. Não sabe eles que esta atividade tem um papel preponderante no seu crescimento, norteando suas vivências com o meio. O meio para Vigotski refere-se tanto ao meio ambiente como ao ambiente psíquico, cultural e mental no qual o homem se insere. É através da brincadeira que elas aprendem a compartilhar, dividir e descobrir a presença de outras crianças. O Rio de Janeiro é o segundo principal centro urbano do país, e a Região Sudeste é o primeiro em população infantil, com 14,7 milhões de crianças de 0 a 11 anos. Os dados do Censo de 2000 mostram que 4,3% das crianças no território brasileiro têm alguma deficiência, com predominância da deficiência visual, seguida pelas deficiências motora, auditiva, mental e física. No Brasil não há uma legislação que defina normas e especificações para a construção de parques infantis, em espaços públicos ou privados. Desde o ano de 2011, tramita na Câmara Federal o projeto de lei 138/11, do deputado Weliton Prado, que propõe transformar em lei um conjunto de normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) sobre segurança de brinquedos em parques infantis. A proposta é fiscalizar os parques das escolas públicas e privadas. “A norma da ABNT estabelece, entre outras exigências, que os brinquedos não podem apresentar trincas, deformações ou danos permanentes e que nenhuma conexão pode estar frouxa.” Percebe-se que a preocupação é somente com a segurança e não com a acessibilidade. A escolha da metodologia segue o exemplo de outras pesquisas, que se fundamentam nos princípios da Teoria Sócio-Histórico-Cultural utilizando a narrativa das crianças. Através de conversas informais e entrevistas semi-estruturadas buscamos compreender e levantar o universo de significados relacionados ao fenômeno estudado, considerando-se, para tanto, o contexto histórico-cultural dos participantes do estudo. Para tal utilizaremos como método de investigação da pesquisa a etnografia, uma vez que nos

permite aprender pelas observações e entrevistas as representações das crianças e dos adolescentes sobre os parques infantis.

PALAVRAS-CHAVE: Deficiência, Parques Infantis, Acessibilidade